



INFLUÊNCIAS DO BIRD PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL¹

Lays do Socorro Penafort Souza²
Graduanda em Pedagogia- ICED/UFPA
Universidade Federal do Pará-UFPA
layspenafort3@gmail.com

Andrenson de Aguiar Santos³
Graduando em Pedagogia- ICED/UFPA
Universidade Federal do Pará-UFPA
erthay777@gmail.com

Alberto Damasceno⁴
Professor Titular-UFPA
Universidade Federal do Pará- UFPA
albertod@ufpa.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as reformas propostas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento) à educação brasileira no contexto do neoliberalismo, abordando as interferências das mesmas para a sociedade. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica que permitiu elucidar a relação entre o neoliberalismo e o BIRD e o resultado dessas reformas para a educação e para sociedade. Foi possível concluir que as reformas sugeridas pelo Banco como as parcerias público- privadas, até apresentam boas propostas, como a parceria entre o Estado e o Instituto Unibanco em exemplos analisados, podem contribuir para a melhor qualidade da educação, entretanto, não mudam a realidade da mesma por serem temporárias, ou seja, pela obrigatoriedade e compromisso apenas durante a vigência dos contratos, o que nos faz perceber que essas reformas não visam melhorias nas condições de vida da população e sim, apenas manutenção dos interesses do capital.

Palavras- chave: Educação. Neoliberalismo. Bird.

INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir da década de 1980, passou a contar com propostas de reformas consensuais para a redefinição do papel do Estado, as quais interferem não só na economia, mas também nas políticas públicas sociais, entre elas a educação. Diante disso, esta educação passa a contar com a influência dos organismos multilaterais como o BIRD (Banco

¹ Este trabalho surgiu a partir dos debates feitos na disciplina chamada “Política e Legislação da Educação Brasileira”, no sexto semestre do curso de Pedagogia (UFPA).

² Graduanda em Pedagogia (UFPA). Monitora da disciplina “Planejamento e Avaliação dos Sistemas Educacionais”.

³ Graduando em Pedagogia (UFPA). Membro dos grupos de pesquisas Laboratório de Planejamento em Educação Municipal (LAPEM/UFPA) e Grupo de Estudos em Educação no Pará na Primeira República (GEPRE/UFPA).

⁴ Professor titular da Universidade Federal do Pará-UFPA, Coordenador do grupo de Grupo de Estudos em Educação no Pará na Primeira República – GEPRE/ICED/UFPA.



Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), também conhecido como Banco Mundial, que estabelece estratégias e prioridades para educação brasileira, o que faz a mesma atender aos interesses mercadológicos do capital. Sendo assim, é importante entender a influência dessas reformas para a educação e para a sociedade.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar como e porque essas reformas estão acontecendo, mostrando as vantagens obtidas pelo capital com a mudança da educação pautada em interesses mercadológicos e no que essas mudanças afetam a sociedade brasileira, principalmente os indivíduos das classes menos abastadas do país. Para isso, fizemos até o presente momento uma breve revisão bibliográfica a qual nos permitiu conceituar o neoliberalismo que configura a atual situação do Estado brasileiro, que foi intensificado no país a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que vem se estendendo por várias décadas. Além disso, será apresentado os preceitos do BIRD e o que o mesmo propõe para a aplicação dessas propostas na educação brasileira.

O NEOLIBERALISMO E O BIRD

De acordo com Caprio e Lopes (2008, p. 2), o neoliberalismo é basicamente “um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia”, dessa forma infere-se que o mesmo é interessado que o estado não interfira, mas sim que financie essa economia. Nesse modelo de Estado, ainda segundo a autora, a educação sai da esfera de política pública voltada para a sociedade e passa a funcionar de acordo com a lógica de mercado.

Para isso, o Estado conta com organismos multilaterais, os quais propõem medidas para que as políticas públicas possam funcionar de acordo com seus interesses. O maior organismo multilateral que interfere na educação brasileira, propondo reformas econômicas as quais influenciam na educação do país é o Banco Mundial ou Bird.

O BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), de acordo com Haddad (2008), foi criado no ano de 1944 na Conferência de Bretton Woods. Assim que fundado, sua função era reconstruir países assolados pela guerra. Posteriormente, a partir de 1950, suas políticas passam a ser reorientadas no sentido de incorporar os países de terceiro mundo ao bloco ocidental não comunista, a partir da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos crescentes. Essa reorientação durou 20 anos.



Ainda de acordo com o autor, a partir da década de 1980, mais especificamente no ano de 1989, ocorre o Consenso de Washington, o qual tinha por objetivo discutir um conjunto de reformas consensuais entre os principais organismos multilaterais pertencentes ao bloco ocidental, para os países da América latina, entre eles o Brasil.

No que se refere a educação, segundo Torres apud Altmann, 2002, essas reformas educativas do BIRD propunham:

- a) Prioridade depositada sobre a educação básica.
- b) Melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa.
- c) Prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização.
- d) Descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados.
- e) Convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares.
- f) Impulso para o setor privado e organismos não governamentais como agentes ativos no terreno educativo, tanto nas decisões como na implementação.
- g) Mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação como temas principais do diálogo e da negociação com os governos.
- h) Um enfoque setorial.
- i) Definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica (p. 80).

Percebemos a partir destas propostas que o interesse do Banco está mais voltado em atender a educação básica, o que permite ao capital a capacidade de garantir mão-de-obra barata, favorecendo o lucro o qual o mesmo sempre prioriza. Sendo assim algumas considerações devem ser feitas a respeito dessas propostas para a educação no estado neoliberal que serão feitas a seguir.

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO NEOLIBERAL

A educação é uma política pública garantida constitucionalmente, pela Carta Magna de 1988, a qual fala no artigo 205 que: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017)

A mesma, porém, não funciona isoladamente na sociedade e é submetida a um modelo neoliberal de produção capitalista, como se configura a atual política brasileira. Neste modelo, o Estado não é mais o responsável pela produção de suas políticas públicas como saúde, educação, saneamento etc, e sim apenas um avaliador e financiador dos serviços prestados pela iniciativa privada. Neste sentido, essas políticas passam a contar com a gerência da iniciativa privada, intensificada no Brasil a partir de 1995, no primeiro mandato de governo



do Fernando Henrique Cardoso (FHC), através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), e que passou a favorecer os interesses do empresariado tornando a educação mercadoria. De acordo com isso Paulani (2008) defende que:

[...] brandindo-se os princípios neoliberais de eficiência, da rigidez de gastos, da austeridade, administra-se hoje o 'Estado como se fosse um negócio'. É de fato disso que se trata, pois, contrariamente ao que ocorria na fase anterior, a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação (p. 78).

Podemos dizer assim, que o Estado, através de parcerias com o terceiro setor⁵, a exemplo do Instituto Unibanco, atua como um gerenciador dos serviços, ou seja, de acordo com Peroni (2015), em alguns casos, o poder público continua executando os serviços, mas os mesmos passam a ser controlados pelas instituições privadas. Essas parcerias se configuram como políticas compensatórias, ou seja, elas ficam, por exemplo, um determinado tempo em uma escola pública de educação básica, levam projetos financiados pelo governo, e depois que encerrado o tempo de contrato, o serviço é cancelado naquele local, contudo segundo Caetano e Peroni (2015), “com as recentes orientações do Banco Mundial e com a ampliação do acesso à educação pública pelo Estado, a importância do setor privado passa a ser primordial na execução das políticas educacionais” (p. 93).

Ainda de acordo com as autoras essas parcerias se tornam importantes, pois através delas, a iniciativa privada chega onde o Estado não consegue chegar, porém ressaltam que é possível observar que essas parcerias, causam o mínimo de resultados satisfatórios e pouca transformação em relação às realidades referentes aos alunos e, além disso, o investimento é muito alto para uma mudança insignificativa e temporária. O ideal seria que esses serviços fossem oferecidos, financiados e geridos diretamente pelo estado, pois assim, poderia de fato transformar a realidade das instituições públicas de ensino.

Caetano e Peroni (2015) afirmam que o discurso capitalista de individualidade e competitividade, prega que na lógica de mercado, as políticas públicas devem ser executadas pelo setor privado, para haver a ampliação da competitividade tornando serviços como saúde e educação mais eficazes, pois caso não atendam ao que foi negociado, podem ser facilmente

⁵ De acordo com Gonçalves (2006), pode-se conceituar o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento (p.100).



substituídos. Desta forma, Ball e Junemann, apud Peroni, 2015, afirmam isso ao dizer que “o estado pode mudar de parceiros facilmente, uma vez que programas e iniciativas podem ser encerrados, contratos rescindidos e agências fechadas” (p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o Estado neoliberal executa as políticas públicas, sejam elas saúde educação, entre outras, porém o seu objetivo de melhoria das condições de vida da população é tomado de maneira questionável, como exemplo do privilégio do privado sobre o público no exemplo de parceria analisada.

O Estado acaba investindo recursos nas parcerias público- privadas, as quais executam as políticas públicas, porém esses serviços nem sempre são vantajosos para a população, por serem temporários ou simplesmente por não cumprirem o que propõem, fazendo da população, especialmente a de menor poder aquisitivo, vítima de tantas mazelas e injustiças sociais, por exemplo, quando pagam seus impostos e não recebem um serviço público de qualidade como seria fundamental ocorrer.

Pode-se concluir que todo esse caos instaurado hoje no Brasil, como a retenção de gastos públicos, entre eles a educação, só ratifica que o modelo neoliberal cria uma austeridade em relação aos gastos em políticas- públicas, mas não age da mesma forma em relação às parcerias com iniciativa privada, deixando claro que toda esta política gira em torno da mercantilização dos serviços públicos, onde o Estado muitas vezes acaba obedecendo a acordos que nem de longe priorizam o bem estar da sociedade.

Referências

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan/jun. 2002. Disponível em < <http://www.conhecer.org.br/download/cp/PROJETOS%20EDUCACIONAIS/M1/leitura%20anexa%206.pdf> > Acesso em 05 de out de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Atualizada até a EC n. 96/2007. Disponível em < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> > Acesso em 10 de out de 2017.

CAETANO, M.R.; PERONI, V.M.V. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI,



V.M.V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** São Leopoldo: Oikos, 2015, p.89-107.

HADADD, Sérgio (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008, p. 17-28.

CAPRIO, Marina; LOPES, Ediane C.P.M. As influências do Neoliberalismo na educação. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional.** São Paulo, n. 5, 2008, p.1-16. Disponível em < <http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152/6032> > Acesso em 03 out 2017.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª. reimpressão, 2008, p. 67-107. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_2.pdf> Acesso em 05 de out de 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, V.M.V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** São Leopoldo: Oikos, 2015, p.15 – 34.